

EDUCAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS NAS ESCOLAS MATO-GROSSENSSES

Mailoran Alves Ribeiro¹

Mário Henrique Faro Ferreira²

RESUMO: A capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação é essencial para a segurança no ambiente escolar, conforme preconizado pela Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas. Diante disso, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT), tem desempenhado um papel fundamental na implementação dessa legislação no estado, através da ministração de treinamentos em primeiros socorros. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza explicativa, utilizou levantamento documental, análise de registros operacionais e questionários aplicados a militares instrutores. Adotou-se o método hipotético-dedutivo, partindo da formulação de uma hipótese e sua verificação com base nos dados coletados. Os resultados demonstraram que no ano de 2024, foram capacitados um número 7.168 (sete mil, cento e sessenta e oito) de profissionais da educação. No entanto, desafios como a necessidade de mais materiais didáticos, ampliação da carga horária e maior suporte institucional foram indicados pelos instrutores como fragilidades a serem superadas. Conclui-se que a atuação do do CBMMT tem sido determinante para a implementação desta legislação no Estado de Mato Grosso, promovendo um ambiente escolar mais seguro e melhor preparado para emergências.

Palavras-chave: Prevenção de acidentes. Segurança no ambiente escolar. Capacitação em primeiros socorros. Formação docente. Urgência escolar.

ABSTRACT: First aid training for education professionals is essential for safety in the school environment, as recommended by Law No. 13,722/2018, known as the Lucas Law. In view of this, the Military Fire Department of the State of Mato Grosso (CBMMT) has played a fundamental role in implementing this legislation in the state, through the provision of first aid training. The research, with a qualitative approach and explanatory nature, used documentary research, analysis of operational records and questionnaires applied to military instructors. The hypothetical-deductive method was adopted, starting from the formulation of a hypothesis and its verification based on the data collected. The results showed that in the year 2024, 7,168 (seven thousand, one hundred and sixty-eight) education professionals were trained. However, challenges such as the need for more teaching materials, increased workload and greater institutional support were indicated by the instructors as weaknesses to be overcome. It is concluded that the actions of the CBMMT have been decisive in the implementation of this legislation in the State of Mato Grosso, promoting a safer school environment that is better prepared for emergencies.

Keywords: Accident prevention. Safety in the school environment. First aid training. Teacher training. School emergency.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados disponibilizados através do Censo Escolar 2023, constatou-se que foram matriculados 47,3 milhões de alunos no Brasil, distribuídos em cerca de 178,5 mil escolas, contando estas com 2,4 milhões de professores (Brasil, 2023). Ressaltando-se que apenas o

¹ Aspirante do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. mailoribeiroo@gmail.com

² Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso. Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Cabo Branco/Universidade Estadual da Paraíba, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, Pós-Graduado em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde. faro@cbm.mt.gov.br

Estado de Mato Grosso no ano de 2024 contou com um contingente de 738.550 alunos matriculados no Ensino Regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) de acordo com os dados extraídos do Censo Escolar 2024 (Brasil, 2024).

Devido ao grande número de alunos matriculados no Ensino Regular brasileiro e a incidência de urgências e emergências ocorridas nestes ambientes escolares, no ano de 2018 foi sancionada a Lei nº 13.722, conhecida popularmente por Lei Lucas, que tornou obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil (Brasil, 2018).

Tendo como base esse contexto, qual é o papel do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso na implementação da Lei Lucas, considerando suas ações, desafios enfrentados e impacto na capacitação de professores em primeiros socorros nas escolas?

No presente trabalho buscou-se descrever as ações realizadas pelo CBMMT na implementação da Lei Lucas, destacando sua relevância, desafios enfrentados e perspectivas para o fortalecimento da educação em primeiros socorros nas escolas do estado.

Sendo assim, procurou-se descrever o contexto teórico e legal da Lei Lucas, demonstrando a importância da capacitação em primeiros socorros nas escolas, com base nos fundamentos teóricos e na obrigatoriedade da norma estabelecida. Além de relatar o histórico de atuação nesta área, apresentando as principais iniciativas, cursos e treinamentos realizados pela corporação, identificando avanços e limitações no cumprimento da legislação. E por fim, debruçou em analisar o papel da instituição na implementação da Lei nº 13.722 e sugerir estratégias para ampliar o impacto dessas ações no estado de Mato Grosso. Parte-se da hipótese de que a atuação do CBMMT na capacitação dos profissionais da educação em primeiros socorros contribui para a implementação mais efetiva desta norma nas escolas do estado tendo em vista que os treinamentos fortalecem a preparação dos profissionais da educação para agir em situações necessárias, promovendo maior segurança no ambiente escolar.

Este trabalho tem como problema central compreender qual o papel do CBMMT na implementação da Lei Lucas nas escolas do estado, considerando suas ações, os desafios enfrentados e o impacto gerado na capacitação de professores em primeiros socorros.

Partindo dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo geral descrever as ações realizadas pela corporação na operacionalização da norma em questão, destacando sua relevância, desafios enfrentados e perspectivas para o fortalecimento da educação em primeiros socorros na rede de ensino.

Este artigo possui a finalidade de ser uma pesquisa básica estratégica, realizada pelo

método hipotético-dedutivo, com objetivos descritivo e exploratório, abordagem qualitativa e executada através do procedimento de levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo.

Na primeira seção deste artigo, investigou-se as contribuições de diversos autores que abordam o tema através de pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos que destacam a relevância e os impactos dessa capacitação. Ademais, foi feita uma análise sobre a criação da Lei Lucas, passado pelo contexto do acidente ocorrido com o aluno Lucas Begalli, chegando aos documentos legislativos gerados que reforçam a importância dos treinamentos para os profissionais da educação poderem atuar em situações de urgência e emergência.

Na segunda seção foi feita uma pesquisa documental nos registros da Diretoria Operacional, explorando os dados referentes aos treinamentos realizados no ano de 2024. Também foi realizada pesquisa de campo, relatando algumas iniciativas da corporação para padronizar e modernizar os treinamentos. Posteriormente, foi feita a aplicação de questionário com questões objetivas e discursivas direcionado a alguns dos militares responsáveis por ministrar esses treinamentos aos profissionais da educação.

Por fim, foi realizada uma análise do papel do CBMMT na implementação da Lei Lucas, examinando também as estratégias adotadas pela corporação para ampliar essa atuação.

Conclui-se que os objetivos deste artigo foram atingidos, demonstrando que as capacitações realizadas pelo CBMMT têm se mostrado eficazes na preparação dos profissionais da educação. A hipótese levantada também foi confirmada, indicando que os treinamentos contribuem para a criação de um ambiente escolar mais seguro. Demonstrando-se assim que a capacitação contínua é vital para garantir que os profissionais estejam aptos a agir de maneira eficiente, prevenindo o agravamento de situações e protegendo vidas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ASPECTOS LEGAIS DA LEI LUCAS: A OBRIGATORIEDADE DA CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS NAS ESCOLAS

Devido ao fato dos estudantes permanecerem longos períodos do dia nas escolas desenvolvendo diversas atividades, dentre elas físicas, estes locais possuem relevante incidência de urgências e emergências, tanto clínicas quanto traumáticas. Por esse motivo, é de suma importância que os profissionais da educação possuam treinamento adequado em matérias de primeiros socorros, para que possam agir de forma eficaz em situações de sinistros, evidenciando a necessidade de capacitação continuada destes profissionais (ALMEIDA et al., 2020).

O treinamento em primeiros socorros tem por objetivo não apenas ampliar o conhecimento dos profissionais que atuam na educação, mas também capacitá-los para atuarem com segurança em situações de emergências clínicas ou traumáticas no ambiente escolar. Sendo assim, essencial até a chegada do serviço especializado, conforme ressalta o CBMMT:

Ter o treinamento adequado permite que esses profissionais administrem os primeiros socorros de maneira rápida e eficaz, o que pode ser crucial para salvar vidas antes da chegada dos serviços especializados, principalmente, ao estabilizar as crianças até a chegada de profissionais de saúde, reduzindo o risco de complicações e melhorando as chances de recuperação. Além disso, saber que os professores estão prontos para agir em situações de emergências tranquiliza a comunidade escolar e fortalece a sensação de segurança (Mato Grosso, 2024, p. 5).

Segundo Silva et al. (2017), é essencial a abordagem do tema primeiro socorros nos colégios, buscando promover um ambiente social, físico e psicológico seguros. Os profissionais da educação possuem um papel vital na busca de ações que venham prevenir a ocorrência de acidentes, além de serem os responsáveis pelo primeiro atendimento por terem contato diário com os alunos. Outro ponto relevante é a concepção dos edifícios escolares, que devem prever medidas que visem a evitar acidentes envolvendo as pessoas que ali habitam (Silva et al., 2017).

A capacitação em primeiros socorros é essencial na preparação dos profissionais da educação para que desenvolvam competências que os habilitem a atuar em situações de emergências. Conhecimentos elencados no Protocolo de Suporte Básico da Vida para atuar em ocorrências de engasgo, fraturas, convulsões, ferimentos e sangramento nasal são habilidades de suma importância para evitar o agravamento de situações ou exposição desnecessária dos alunos. O impacto de tais conhecimentos vai muito além dos ambientes escolares, atingindo toda a sociedade de uma forma indireta (Silva et al., 2017).

A lei nº 13.722, também conhecida por Lei Lucas, foi sancionada no dia 04 de outubro de 2018, fortemente motivada por um acidente envolvendo o aluno Lucas Begalli, de 10 anos, na cidade de Campinas, no interior de São Paulo. No episódio do acidente, o aluno participava de um passeio escolar, onde teve suas vias aéreas obstruídas pelo alimento servido. Apesar dos professores terem prestado socorro ao garoto, devido ao fato de não possuírem o conhecimento adequado para agir nestas situações, não obtiveram êxito, vindo o aluno a falecer (Dias Júnior; Jacob, 2023).

Em depoimento, Alessandra Begalli Zamora, mãe do aluno Lucas, relata que no dia do fato, nenhum dos profissionais que lá estavam souberam como agir diante da emergência:

Entre todos os adultos que estavam no passeio, funcionários do colégio, da agência de turismo e da fazenda, não havia ninguém preparado para desengasgar meu filho. Ele

não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada (manobra de Heimlich ou de desengasgo + RCP) e acabou falecendo em decorrência de asfixia por engasgamento (ZAMORA, 2021, p. 3).

Com o advento desta lei os estabelecimentos de ensino, tanto da rede pública quanto da privada passaram a ser obrigados a capacitar os seus profissionais em noções de primeiros socorros. Devendo esse treinamento ser ofertado de forma anual aos professores e funcionários contendo conteúdos práticos e teóricos, sendo ministrado, por entidades municipais ou estaduais especializadas em auxílio emergencial e por profissionais habilitados, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados. Além disso, os estabelecimentos de ensino devem dispor de Kits de primeiros socorros (Brasil, 2018).

A norma em discussão traz penalidades quanto a sua não observação, que serão aplicadas pela autoridade administrativa competente. Serão notificados os casos de descumprimento, podendo aplicar multa em dobro para os casos de reincidência, podendo chegar a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação ou responsabilização patrimonial do agente público responsável pela instituição de ensino público (Brasil, 2018).

A Lei Ordinária nº 11.964/2022, de Mato Grosso, expandiu o rol dos profissionais a terem capacitação em primeiros socorros. A norma estadual prevê que além dos professores e funcionários das escolas públicas e particulares, os motoristas de ônibus e vans escolares, por terem contato direto com os alunos, devem passar por treinamentos e capacitação em primeiros socorros. Sendo esse curso ministrado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso ou pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Exigindo-se a emissão de certificado de participação por órgão competente do Poder Executivo Estadual (Mato Grosso, 2022).

No entanto, apesar da implementação da Lei nº 13.722/2018, acidentes fatais continuam acontecendo devido à ausência de ações eficiente do estado, o que prejudica a responsabilização civil e penal dos profissionais da educação que se abstiveram de atuar em situações de urgências e emergências ou não souberam agir de forma correta por falta de capacitação (Dias Júnior; Jacob, 2023).

3 A ATUAÇÃO DO CBMMT NA CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS: INICIATIVAS, AVANÇOS E DESAFIOS

3.1 ABRANGÊNCIA DAS CAPACITAÇÕES EM PRIMEIROS SOCORROS REALIZADAS PELO CBMMT EM 2024

Buscando analisar o alcance e o impacto das capacitações em primeiros socorros realizadas pelo CBMMT no que tange a implementação da Lei Lucas, foi requerido um levantamento junto às unidades operacionais do estado através da Diretoria Operacional (DOP). Tal levantamento teve por objetivo identificar o número total de escolas atendidas e professores capacitados ao longo do ano de 2024.

Conforme os dados fornecidos pela DOP, o CBMMT realizou diversos treinamentos em primeiros socorros nas escolas em todo o estado, abrangendo as diversas regiões sob responsabilidades dos diferentes Comandos Regionais. Durante esses treinamentos foram capacitados um total de 7168³ (sete mil, cento e sessenta e oito.) profissionais da educação, dentre eles professores e funcionários escolares. Esses números demonstram o esforço realizado pela corporação na busca de levar segurança para o ambiente escolar, contribuindo de forma incisiva na implementação da Lei Lucas no estado (Mato Grosso, 2025).

Dentre todos os Comandos Regionais (CR), destacou-se o Comando Regional Bombeiro Militar II (CRBM-II), que abrange o 3º Batalhão Bombeiro Militar (Rondonópolis), a 6ª Companhia Independente Bombeiro Militar (Primavera do Leste), a 9ª CIBM (Jaciara), a 11ª CIBM (Campo Verde) e o 1º Núcleo Bombeiro Militar (Alto Araguaia), como a regional com maior número de capacitações em primeiros socorros no âmbito da Lei Lucas no ano de 2024, consolidando-se como protagonista na implementação de tal legislação no Estado de Mato Grosso. De acordo com os dados coletados, este CR promoveu treinamentos em primeiros socorros para 2455 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) profissionais da educação, correspondendo aproximadamente a 34,24% do total das capacitações ofertadas pelo CBMMT. Esses indicadores quantitativos demonstram um compromisso da organização em promover ações educativas com o fito de garantir um ambiente escolar seguro, preparado para atuar em situações de urgência e emergência.

³ Os documentos mencionados estão disponíveis por meio do processo CBM-PRO-2025/02043 no SIGADOC, acessível apenas a usuários autorizados

FIGURA 1: Treinamento em Primeiros Socorros



Fonte: CBMMT, 2024

No entanto, a consulta revelou lacunas nas informações fornecidas, tendo em vista não ter tido retorno de todas as unidades operacionais, demonstrando a necessidade de aprimoramento do controle dos registros dessas capacitações, para no futuro se ter uma visão mais assertiva do real cenário da implementação de Lei Lucas no estado.

Esses resultados evidenciam a importância do CBMMT na implementação da Lei Lucas através dos diversos treinamentos em primeiros socorros oferecidos, ressaltando o compromisso da corporação com a segurança da comunidade escolar mato-grossense.

3. 2 PROJETO CAPACITAR PARA SALVAR: UMA INICIATIVA DO CRBM -II NA FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS NAS ESCOLAS DE MATO GROSSO

O CBMMT, por intermédio do 2º Comando Regional Bombeiro Militar, tem realizado significativas iniciativas em para implementar a Lei Lucas (Lei nº 13.772/2018) nas escolas, destacando-se o programa intitulado “Capacitar Para Salvar”. Projeto lançado sob a coordenação do Coronel BM Fabrício, tendo como principal objetivo capacitar profissionais da educação da rede estadual e municipal em noções básicas de primeiros socorros.

A justificativa para a elaboração do programa consiste na necessidade de capacitar

adequadamente os profissionais da educação que convivem diariamente com crianças e adolescentes nas unidades escolares. Como mencionado no projeto, esses profissionais lidam diretamente com um grande número de estudantes, sendo que situações inesperadas de emergência, tais como convulsões, quedas, engasgos, convulsões e alergias, podem ocorrer com certa frequência. Nesta conjuntura, a capacidade dos profissionais da educação em proceder de forma rápida e adequada até a chegada das equipes de socorro pode ser decisiva para salvar vidas.

A metodologia empregada no programa engloba palestras teóricas e treinamentos práticos ministradas pelo CBMMT. Sendo cada turma composta por até 35 pessoas, ocorrendo as capacitações nas próprias escolas ou podendo ainda ser em locais definidos em juntamente a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação, conforme cronograma previamente estabelecido. Os treinamentos possuem carga horária de 8 horas-aula, subdivididos em dois turnos de 4 horas-aula conforme disponibilidade dos participantes, e aborda temas essenciais como conceitos básicos de Primeiros Socorros, Suporte Básico de Vida, Emergências Clínicas e Traumáticas, dando ênfase para oficinas práticas de desengasgo devido a Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE) e ressuscitação cardiopulmonar (RCP).

Além do mais, os participantes desses treinamentos recebem certificação emitida pelo Corpo de Bombeiros, detalhando os conteúdos abordados e a carga horária realizada, que podem ser reconhecidas como parte da formação continuada desses profissionais da educação. Desta maneira, a iniciativa do 2º CRBM através do programa “Capacitar Para Salvar” representa um significativo avanço na implementação da Lei Lucas no estado de Mato Grosso, colaborando diretamente para a segurança e proteção das crianças e adolescentes nos ambientes escolares.

3.3 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PADRONIZADO PELA ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI LUCAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

O CBMMT possui materiais didáticos em diversas áreas de conhecimento voltados para a padronização das instruções. No entanto, percebeu-se a falta de um material uniformizado para ser utilizado em todo o estado durante as instruções na implementação da Lei Lucas. Na busca de resolver tal situação, a Academia Bombeiro Militar (ABM), por intermédio da turma Coronel BM Fabrício Gomes Costa do Curso de Formação de Oficiais (CFO), desenvolveu materiais didáticos para padronização dos treinamentos.

Os materiais criados pela ABM consistem em um manual técnico e uma apresentação

em PowerPoint, com objetivo de garantir que as instruções sejam realizadas de forma padronizada, mantendo a qualidade do ensino em todas as regiões do estado. O conteúdo elaborado segue o exigido pela norma em questão, abordando temas como primeiros socorros básicos, atendimento a emergências traumáticas, convulsões, queimaduras e obstrução das vias aéreas por corpos estranhos.

Além disso, o material desenvolvido traz orientações sobre como avaliar a cena e a vítima, os procedimentos a serem adotados antes da chegada das equipes de emergência e a da segurança e prevenção dentro do ambiente escolar.

Após a elaboração, os materiais didáticos foram encaminhados para a devida análise e posterior homologação pela Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa (DEIP). Assim, quando homologados, poderão ser disponibilizados aos instrutores, garantindo a estes militares acesso a conteúdos atualizados e revisados, para aplicar em seus treinamentos, na busca de levar segurança e bem estar para as escolas Mato-grossense.

Essa iniciativa tomada por parte da ABM representa um avanço para a instituição na implementação da Lei Lucas nas escolas do estado, elevando a qualidade dos treinamentos e ampliando seu impacto, criando um ambiente escolar mais seguro para os alunos.

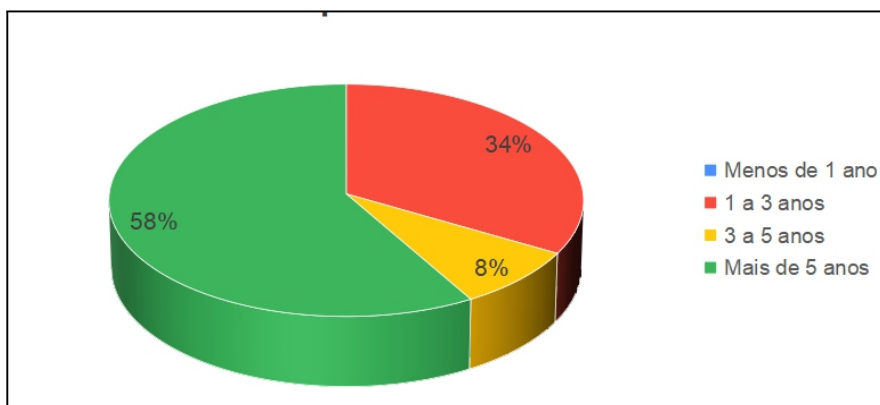
3.4 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES MILITARES SOBRE OS TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

Para compreender a percepção dos militares responsáveis pelas capacitações em primeiros socorros, foi confeccionado um questionário dirigido a uma amostra de 10 militares do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso. Esses militares atuaram durante o ano de 2024, ministrando diversas palestras e treinamento para professores e profissionais da educação, atuando de forma ativa na implementação da Lei Lucas no estado de Mato Grosso.

A aplicação de tal questionário teve por objetivo mapear os desafios, avaliar a eficácia das ações e obter percepções mais fidedignas sobre o impacto das medidas tomadas pelo CBMMT na efetivação de tal norma.

Para compreender o nível de experiência na área de primeiros socorros, a esses militares foi questionado há quantos anos eles atuam ministrando tais treinamentos. Esta indagação tem por objetivo analisar a vivência prática nessa área e a sua familiaridade com tal tema. Conforme apresentado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1: Experiência dos militares em treinamentos de primeiros socorros



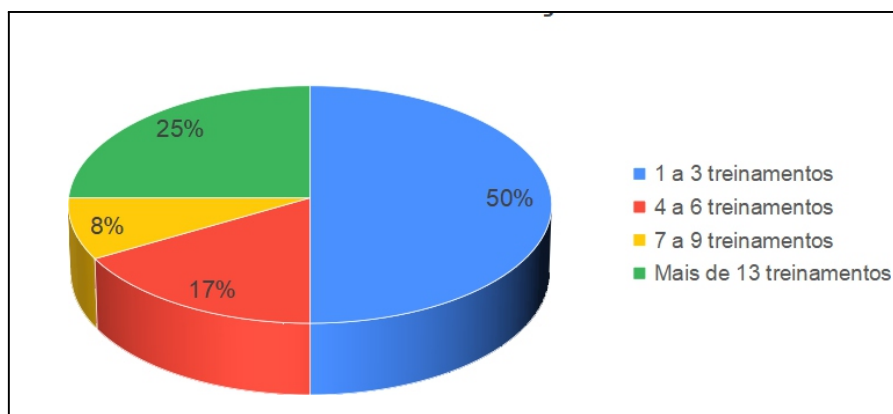
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de militares do CBMMT (2025).

Com base nas 12 respostas obtidas, 58% dos instrutores afirmaram ter mais de 5 anos de experiência na área, enquanto 34% relataram atuar entre 1 a 3 anos. Apenas 8% possuem entre 3 a 5 anos de atuação.

Para melhor visualização da atuação recente desses instrutores, foi detalhado a quantidade de treinamentos ministrados por cada um deles ao longo do ano analisado na presente pesquisa. A partir das respostas obtidas, foi possível dimensionar a participação individual e o empenho destes nessas atividades, confirmando a experiência e vivência na área.

O gráfico a seguir ilustra o quantitativo de treinamentos dados por estes militares em 2024:

GRÁFICO 2: Treinamentos em Primeiros Socorros para Profissionais da Educação 2024

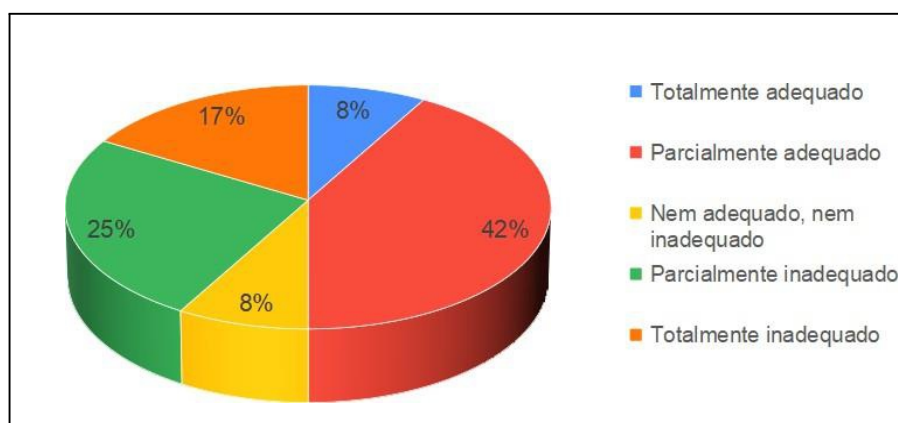


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de militares do CBMMT (2025).

Com base neste item do questionário, verificou-se que 50% dos instrutores realizaram entre 1 a 3 treinamentos em primeiros socorros para profissionais da educação no ano de 2024. Além disso, 17% ministraram de 4 a 6 treinamentos, 8% entre 7 a 9, e 25% afirmaram ter conduzido mais de 13 treinamentos no período.

Para se avaliar a qualidade da infraestrutura ofertada pela instituição para a ministração dos treinamentos, os instrutores foram questionados acerca da adequação dos recursos oferecidos. Esse aspecto é vital para garantir aos participantes uma experiência prática eficiente, proporcionando uma melhor assimilação do conteúdo ministrado. Em seguida o gráfico demonstra a percepção dos instrutores em relação à adequação dos materiais utilizados:

GRÁFICO 3: Percepção dos instrutores em relação a adequação dos materiais utilizados



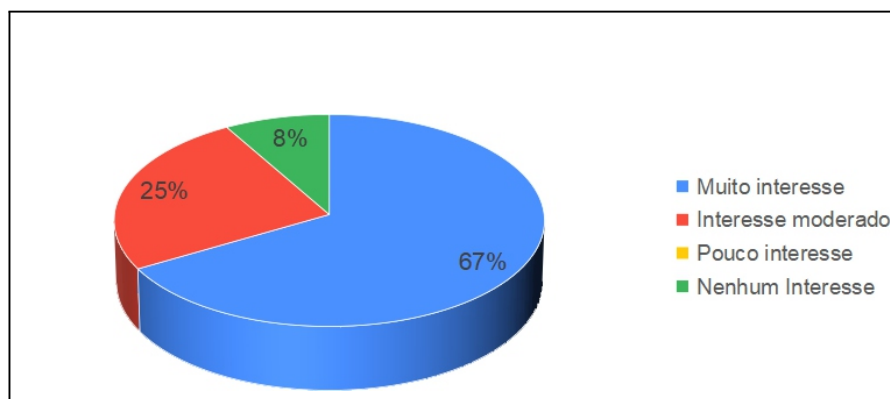
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de militares do CBMMT (2025).

Em relação à estrutura oferecida, os dados do questionário revelam que 42% dos militares entrevistados consideraram os materiais parcialmente adequados, enquanto 25% os avaliaram como parcialmente inadequados. Já 17% classificaram os recursos como totalmente inadequados, ao passo que apenas 8% os consideraram totalmente adequados, e o mesmo percentual respondeu que os materiais foram nem adequados, nem inadequados.

Investigando a abordagem pedagógica adotada pelos instrutores, foi perguntado quais metodologias foram utilizadas nas capacitações. Através das respostas obtidas pode se perceber que os instrutores combinam aulas teóricas e práticas, visando garantir aos participantes a assimilação dos conceitos de forma mais dinâmica. Destaca-se o uso de apresentações teóricas com slides, exibição de vídeos explicativos, análise de casos concretos, simulações práticas e oficinas interativas. Sendo assim, as capacitações oferecidas pelo CBMMT buscam equilibrar teoria e prática, visando proporcionar um aprendizado mais completo aos professores e profissionais da educação.

No intuito de compreender como os treinamentos foram recebidos pelos profissionais da educação, os instrutores foram indagados a respeito do grau de interesse demonstrado durante as instruções. A seguir, apresenta-se a percepção dos militares quanto a esse aspecto:

GRÁFICO 4: Nível de interesse dos profissionais da educação durante os treinamentos segundo a percepção dos instrutores

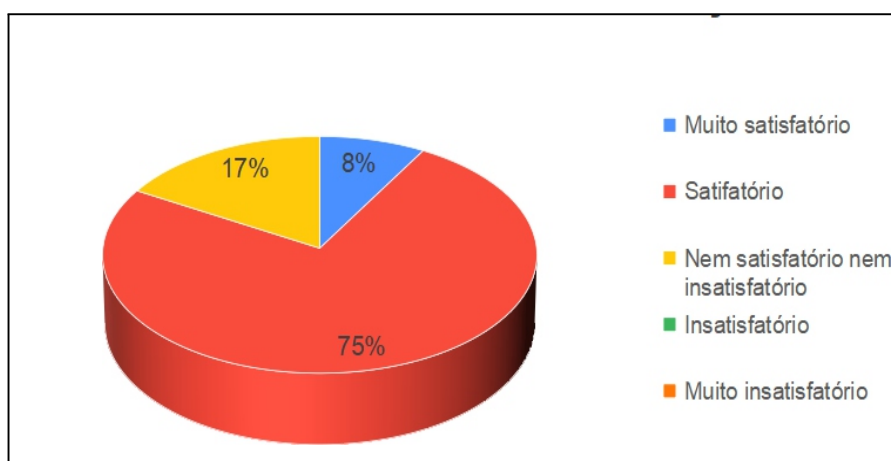


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de militares do CBMMT (2025).

Conforme esse aspecto avaliado na pesquisa, 67% dos instrutores afirmaram que os participantes demonstraram muito interesse nas atividades propostas. 25% dos destes militares identificaram um interesse moderado, enquanto apenas 8% relataram que os profissionais apresentaram nenhum interesse.

Também foi solicitado aos instrutores que avaliassem a forma como os participantes absorveram os conteúdos repassados durante os treinamentos. A percepção quanto ao nível de assimilação teórica e prática dos profissionais da educação é apresentada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5: Nível de Assimilação do Conteúdo Teórico e Prático dos Profissionais da Educação Segundo a Percepção dos Instrutores



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de militares do CBMMT (2025).

Em relação ao nível de assimilação, 75% dos militares consideraram o nível de assimilação como satisfatório, enquanto 8% avaliaram como muito satisfatório. Já 17%

classificaram o desempenho como neutro, ou seja, nem satisfatório, nem insatisfatório.

Quando questionado aos militares se os participantes relataram algum tipo de dificuldade específica durante os treinamentos, estes informaram que algumas queixas são comuns. Tais como a dificuldade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, insegurança quanto às ações a serem tomadas, desconhecimento dos números dos serviços de emergência, receio em executar as técnicas de primeiros socorros por medo de cometer erros. Além disso, outras dificuldades relatadas aos instrutores foram a respeito da aplicação do protocolo XABCDE⁴ do trauma, a falta de treinamentos frequentes e o tempo reduzido de instrução como fator dificultante do aprendizado. Por fim, alguns participantes relataram aos militares que seria pertinente que a carga horária dos treinamentos fosse aumentada para a realização de mais atividades práticas, para garantir assim um aprendizado mais efetivo.

Outro questionamento endereçado aos instrutores foi se eles acreditavam que os treinamentos possuíam algum impacto positivo no preparo dos participantes para lidar com emergências. Em relação a este item do questionário 100% dos entrevistados responderam acreditar que esses treinamentos possuem um impacto muito positivo ou parcialmente positivo.

Os resultados observados pelos instrutores militares após a ministração dos treinamentos foi positivo, onde destacaram avanços relevantes na assimilação dos conhecimentos e na aplicação das técnicas ensinadas. Relataram ainda através do questionário que é comum entre os profissionais da educação o interesse em aprofundar-se em estudos sobre primeiros socorros, entendendo assim a importância de estarem sempre preparados. Ademais, os resultados não se ativeram apenas ao campo teórico, gerando impacto direto no ambiente escolar através de professores que conseguiram intervir em casos de obstrução de vias aéreas por meio da Manobra de Heimlich⁵ segundo relato de alguns instrutores.

Ainda ressaltaram que os participantes demonstram satisfação ao adquirirem conhecimentos que julgam ser úteis tanto para atividades em âmbito escolar quanto na vida cotidiana, contribuindo assim para a construção de um ambiente mais seguro. Cabe ressaltar que foi destacado pelos instrutores que os profissionais da educação apresentam uma correta e

⁴ O protocolo XABCDE é uma atualização do tradicional ABCDE, adicionando a etapa “X” para o controle imediato de hemorragias exsanguinantes. A sequência inclui vias aéreas, respiração, circulação, avaliação neurológica e exposição, padronizando o atendimento inicial à vítima de trauma. Adaptado de Farias (2020).

⁵ A Manobra de Heimlich é uma técnica de primeiros socorros indicada para obstruções agudas das vias aéreas superiores em vítimas conscientes. Por ser de fácil execução e não requerer equipamentos, é considerada o primeiro recurso a ser utilizado em situações de emergência desse tipo. Ela consiste em compressões abdominais rápidas, realizadas abaixo do processo xifóide, com o objetivo de gerar uma pressão que simule uma tosse forçada, expulsando o objeto que causa a obstrução. (LIMA et al., 2022).

eficiente absorção do conteúdo teórico e prático das técnicas demonstradas, incluindo procedimentos de controle de hemorragias e reanimação cardiopulmonar.

Quando questionados sobre quais melhorias poderiam ser feitas para aprimorar a qualidade das capacitações ministradas, foi sugerido a aquisição de mais bonecos de reanimação cardiopulmonar (RCP) em diferentes tamanhos, a montagem de kits exclusivos para palestras e a criação de um almoxarifado específico para garantir o controle e o fluxo de reposição dos insumos necessários. Outro ponto destacado foi a necessidade de aprimorar a estrutura das apresentações teóricas através de materiais didáticos padronizados e atualizados, compatíveis com o público-alvo dos treinamentos, tornando assim as aulas mais dinâmicas e eficazes.

Por fim, o último item do questionário buscou de forma aberta coletar sugestões para possíveis aprimoramentos da prestação desse serviço. Destacando-se a recomendação, por parte dos militares, de se ampliar a carga horária das capacitações como modo de garantir uma melhor fixação do conhecimento repassado aos profissionais da educação.

3.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, efetuou-se um levantamento bibliográfico acerca da importância e obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros no ambiente escolar, conforme postulado na Lei Lucas (Lei nº 13.772/2018). Durante a primeira fase deste artigo, observou-se que as escolas como um todo apresentam um risco relevante no que diz respeito à ocorrência de urgências e emergências, tornando vital que os profissionais que neste ambiente trabalham estejam preparados para atuar de forma acertada em situações críticas. Estudos indicam que o treinamento e a capacitação em primeiros socorros proporciona um ambiente escolar mais seguro, reduzindo significativamente os danos decorrentes de urgências e emergências, tanto clínicas quanto traumáticas, por meio de uma rápida intervenção.

Os fundamentos teóricos também demonstraram que ações imediatas, tais como aplicação da Manobra de Heimlich ou do suporte básico de vida (SBV), são essenciais para reduzir sequelas e salvar vidas, salientando a importância de treinamentos continuados e de qualidade. Além do mais, observou-se que a motivação para a própria criação da Lei Lucas foi a trágica ocorrência envolvendo o aluno Lucas Begalli, que sofreu obstrução das vias aéreas durante um passeio escolar, demonstrando a necessidade da obrigatoriedade desses treinamentos e capacitações, reforçando sua importância social.

Na segunda fase deste estudo, realizou-se uma análise documental e uma pesquisa de campo através da aplicação de questionário junto a alguns instrutores de primeiros socorros do

CBMMT. Por meio dessas investigações, foi possível apontar que, somente em 2024, a corporação capacitou um total de 7.168 (sete mil, cento e sessenta e oito) profissionais da educação em primeiros socorros em todo o estado de Mato Grosso. Destacando-se em particular nesse contexto a atuação do 2º CRBM, por ter sido responsável por cerca de 34,24% desse número de profissionais treinados pela corporação.

Entre as principais dificuldades identificadas pelo CBMMT, evidenciou-se a escassez e por muitas vezes a ausência de materiais didáticos e práticos adequados, refletindo de forma direta na qualidade e eficácia destas capacitações. Os militares responsáveis pela ministração dos treinamentos ressaltaram, por meio dos questionários aplicados, a necessidade de melhorias estruturais e logísticas para fortalecer as capacitações. Outro ponto indicado como limitante foi a carga horária restritiva, principalmente em relação às atividades práticas mais complexas como o protocolo XABCDE do trauma.

Ao confrontar as descobertas do referencial teórico com os as informações práticas encontradas na pesquisa, constatou-se que os desafios identificados empiricamente são compatíveis com as dificuldades descritas na literatura especializada. Ao passo que os autores ressaltam a necessidade de treinamentos práticos e teóricos de forma contínua, constatou-se na prática que a escassez de materiais específicos e o tempo insuficiente prejudica esses aspectos. Portanto, nota-se que a realidade operacional experimentada pelo CBMMT ratifica os apontamentos teóricos trazidos pela literatura acadêmica sobre o assunto.

Quanto à hipótese inicialmente apresentada, que afirmava que a atuação do CBMMT na capacitação de professores em conhecimentos básicos em primeiros socorros contribui de maneira relevante para uma implementação mais efetiva da Lei Lucas nas escolas do estado de Mato Grosso, pode-se afirmar que essa hipótese foi comprovada. Os dados coletados demonstraram de forma evidente que os treinamentos aumentaram o grau de conhecimento e confiança dos profissionais da educação em lidar com situações de urgência e emergência em ambiente escolar, refletindo de modo direto em atuações bem-sucedidas em casos reais, como desobstrução de vias aéreas em alunos, conforme narrado por alguns dos instrutores.

Outra característica importante identificada foi o alto nível de interesse e comprometimento dos profissionais da educação nas capacitações oferecidas pelo CBMMT, o que reforça o reconhecimento e a aprovação no que tange aos treinamentos oferecidos pela corporação, consolidando assim uma imagem institucional positiva diante da comunidade escolar.

Em resposta ao problema de pesquisa inicialmente levantado neste trabalho, que indagava a respeito do papel do CBMMT na implementação da Lei Lucas em Mato Grosso,

demonstrou-se que a atuação da corporação tem sido de fato determinante, ressaltando em especial a abrangência e relevância das ações realizadas. Contudo, embora relevante, essa constatação ainda é incompleta, devido às dificuldades estruturais e metodológicas identificadas na pesquisa, tais como escassez de materiais apropriados, necessidade de adoção de materiais didáticos padronizados, a necessidade de ampliação da carga horária e aperfeiçoamento da logística interna precisam ser solucionados para garantir uma implementação mais efetiva.

Desse modo, recomenda-se que futuras pesquisas acrescentem a análise através de estudos mais profundos sobre a percepção dos próprios profissionais da educação, oferecendo um cenário mais fidedigno sobre o tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho retrata o tema das capacitações em primeiros socorros nas escolas, sob o prisma do papel desempenhado pelo CBMMT na implementação da Lei Lucas nas escolas mato-grossenses.

O objetivo geral oferecido foi descrever as ações realizadas pela corporação, ressaltando sua relevância, os desafios enfrentados e perspectivas de futuro. Sendo esse objetivo alcançado durante a pesquisa, por meio de levantamento documental e da coleta de informações por meio de questionário aplicado junto aos instrutores envolvidos nas capacitações realizadas.

No que se refere aos objetivos específicos, inicialmente, procurou-se analisar os aspectos teóricos e legais da lei lucas, constatando sua importância e obrigatoriedade. Em seguida, foram descritas algumas iniciativas e ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, demonstrando avanços relevantes, tais como o grande número de treinamentos realizados em 2024 e a criação de materiais didáticos padronizados pela ABM. Finalmente, realizou-se uma análise do papel institucional, apontando pontos fortes e dificuldades identificadas durante o processo de implementação de tal norma.

Entre as descobertas mais relevantes, ressalta-se o expressivo número de 7.168 (sete mil, cento e sessenta e oito) profissionais da educação capacitados. Destacando em especial a atuação do CRBM-II, responsável por considerável parte dessas ações. Outro ponto que merece destaque é a criação do projeto “Capacitar para Salva”, que gerou resultados significativos na melhoria das condições de segurança das escolas através de treinamentos e certificações em primeiros socorros dos profissionais de educação.

Em relação a hipótese, ela foi confirmada, dado o fato de os dados e depoimentos

apurados demonstraram que os professores se sentem mais seguros após os treinamentos, tendo relatos inclusive de casos reais de intervenções realizadas de forma bem sucedida por parte dos profissionais da educação capacitados.

Ao longo da pesquisa, ficou demonstrado que o CBMMT desempenha um papel crucial na aplicação de tal norma, estabelecendo assim um ambiente escolar mais seguro. Essa afirmação é fundamentada com base na atuação consistente da corporação devido às milhares de capacitações oferecidas aos profissionais da educação.

Para confecção dessa pesquisa, foram levantadas informações através de questionário aplicado aos instrutores militares de primeiros socorros, bem como coleta documental e posterior análise dos dados estatísticos disponibilizados pelo CBMMT. Esses instrumentos foram cruciais para validar os resultados encontrados, fornecendo assim um retrato da atuação institucional.

Durante o desenvolvimento do trabalho, alguns desafios foram identificados e um em especial merece registro. A dificuldade em analisar as informações tendo em vista o volume de dados estatísticos disponibilizados pela corporação, uma vez que o levantamento contou com registros consolidados dos treinamentos efetuados pelas diversas unidades operacionais. Apesar da dificuldade de analisar e consolidar volumoso número de dados, os resultados obtidos demonstraram-se vitais para validar os objetivos do estudo e oferecer uma base sólida para novas abordagens sobre o tema.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o tema abordando por meio de uma avaliação qualitativa dos próprios profissionais da educação no que diz respeito à qualidade dos treinamentos oferecidos pelo CBMMT. Sugere-se também uma análise mais detalhada dos resultados práticos das capacitações no cotidiano escolar, compreendendo melhor o impacto da atuação da instituição na implementação da Lei Lucas nas escolas mato-grossenses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janete Martins. et al. **Primeiros socorros no âmbito escolar**: necessidade versus desafios, 2020. Disponível em:

<https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2020/05/art-03-FSM.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. **lei nº 13.722**, de 4 de outubro de 2018, 2018. Presidência. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

_____. **MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023**, 2023. Presidência. Disponível

em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>> . Acesso em: 17 jan. 2025.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep**, 2024. Presidência. Disponível em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>> . Acesso em: 17 jan. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Viva Inquérito 2017: Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinelas de Urgência e Emergência – Capitais e Municípios** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

DA SILVA, Larissa G. Sousa. et al. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar**: intervenção em unidade de ensino, 2017. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/893/394>. Acesso em: 08 jan. 2025.

DIAS JÚNIOR, Wagner Braga; JACOB, Alexandre. **A omissão do estado na lei nº. 13.722/2018 – “lei lucas”**, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1996/2667>. Acesso em: 11 jan. 2025.

FARIAS, Bárbara Kelly Gomes de; ROSENSTOCK, Karoline Isabela Vieira. **Alterações na atualização do novo PHTLS: XABCDE do trauma**, 2020. Disponível em: https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/alteracoes-na-atualizacao-do-novo-phtls-xabcde-do-trauma-autor-a-farias-barbara-kelly-gomes-de-.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 03 mai. 2025.

LIMA, L. M. A. C. et al. **Manobras de desobstrução e acesso às vias aéreas nas emergências odontológicas**, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25272/22147>. Acesso em: 04 mai. 2025.

MATO GROSSO. **lei nº 11.964**, de 15 de dezembro de 2022, 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-11964-2022-mato-grosso-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-da-realizacao-de-cursos-de-primeiros-socorros-aos-professores-e-funcionarios-motoristas-de-onibus-e-vans-que-possuem-contato-direto-com-os-alunos-e-criancas-das-escolas-da-rede-publica-estadual-e-particulares-instaladas-no-estado-de-mato-grosso>. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO**.

Corpo de Bombeiros realiza treinamento de primeiros socorros para educadores em Primavera do Leste, 2024. Disponível em: <<https://www.bombeiros.mt.gov.br/-/corpo-de-bombeiros-realiza-treinamento-de-primeiros-socorros-para-educadores-em-primavera-do-leste>>. **Acesso em: 11 fev. 2025.**

_____. **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO**.

Dados estatísticos sobre treinamentos de primeiros socorros realizados em 2024.

Documentos internos disponíveis por meio do processo CBM-PRO-2025/02043 no SIGADOC, acessível apenas a usuários autorizados. Cuiabá: CBMMT, 2025. Documento não publicado.

ZAMORA, Alessandra Begalli. **Sempre tem o dia seguinte, com uma noite no meio**, 2017.

Disponível em:

<https://lacoselutos.com.br/sempre-tem-o-dia-seguinte-com-uma-noite-no-meio/>. Acesso em: 18 jan. 2025.